

Ponto de Vista

# A esquerda e o conflito distributivo

**Samuel Pessôa**

Pesquisador associado do FGV IBRE

A tradição da esquerda até pelo menos a queda do muro de Berlim era advogar a estatização dos meios de produção. O motivo era claro. Havia o reconhecimento de que a economia de mercado com propriedade privada dos meios de produção produzia uma enorme desigualdade e injustiça, que essa desigualdade e injustiça estava associada ao papel no processo produtivo desempenhado pelas classes sociais, e, portanto, que a classe trabalhadora era a grande prejudicada e sujeita a injustiça.

Em que pesem as dificuldades do conceito de classe social, em um mundo moderno em que a tecnologia e o capital humano ganham tanta proeminência no processo produtivo, e, no qual, o capital físico perde peso, a intuição marxista, digamos assim, está correta. É extremamente difícil alterar a distribuição de renda produzida pelo mercado em uma economia com propriedade privada dos meios de produção. Isto é, o espaço para alteração da desigualdade por meio de políticas compensatórias, tributação dos mais ricos e transferência de renda direta aos mais pobres, é pequeno.

Por exemplo, pesquisa recente documentou que a menor desigualdade na Europa, relativamente aos EUA, não se deve aos Estados europeus, relativamente ao americano, serem mais eficientes em, por meio de impostos e transferências, redistribuir. Ocorre o oposto. A economia americana é mais eficiente em redistribuir. A menor desigualdade europeia deve-se à melhor qualidade da educação e da saúde públicas e à regulação trabalhista, que produzem menor desigualdade de renda pelo mercado, antes da tributação e transferências. A Europa consegue pré-distribuir a renda.[1]

De fato, o livro de Walter Scheidel, *O Grande Nivelador – A Violência e a História da Desigualdade da Idade da Pedra ao Século XXI*,[2] documenta que episódios de grande nivelamento social com forte queda da desigualdade ocorrem em segui-

da a catástrofes, como, por exemplo, foi o caso da primeira metade do século XX, com duas grandes guerras separadas por uma grande depressão econômica.

Ou seja, a intuição marxista inicial de que uma grande redefinição dos direitos de propriedade é essencial para que haja um grande nivelamento das oportunidades com redução das desigualdades está correta. O espaço, para, por meios incrementais de tributação e redistribuição, mexermos na desigualdade é limitado.

O sonho marxista foi abandonado não em função do diagnóstico estar errado. Mas por outros motivos. O motivo mais importante é que a gestão de uma economia de planejamento central se mostrou muito ineficiente. Adicionalmente, a incompatibilidade de gestão democrática de uma sociedade com propriedade coletiva dos meios de produção contribuiu para que o experimento coletivista fosse abandonado. Contribuíram também os achados de Scheidel que evidenciaram a enorme dificuldade de, por meio pacífico e sem grandes destruições econômicas, promover uma forte redistribuição. Finalmente, o desenvolvimento tecnológico tem ocorrido na direção de reduzir o peso no processo produtivo do capital físico e elevar o peso do capital humano e dos intangíveis, principalmente patentes e marcas. A redistribuição do capital humano é impossível, por se tratar de fator de produção embutido à pessoa, e bem mais difícil quando se trata de intangíveis em comparação ao capital físico.

Desde a queda do muro de Berlim que, ao menos no Brasil, a esquerda tem absorvido essa perda bastante mal. A saída tem sido minimizar o conflito distributivo e tentar procurar pelo em ovo e problemas onde eles lá não estão. Um exemplo corrente dessa dificuldade é a grande dificuldade que a esquerda brasileira tem em associar os juros reais elevados no Brasil às variáveis fiscais.

Por exemplo, desde 1994 foi feito um grande esforço de elevação do salário mínimo no Brasil. A elevação do valor real do salário mínimo nos últimos 30 anos, de 1995 até 2025, foi de 195%. No mesmo período a produtividade de cada trabalhador ocupado, segundo o Observatório Regis Bonelli da Produtividade, cresceu 22%. Há claro esgotamento da política. Reportagem recente da *Folha de S.Paulo*, de 29 de agosto passado, documentou que o salário mínimo representa 65% do salário mediano pago pelo mercado de trabalho. Para uma amostra de 34 países, o salário mínimo somente é mais próximo do mediano para cinco países – Colômbia, Costa Rica, Chile, México e Nova Zelândia (https://go.fgv.br/dYuR3RgXPDY). Certamente a política de valorização do salário mínimo testa seus limites.

Além de pressionar o mercado de trabalho, fazendo com que o salário mínimo se aproxime muito do salário mediano, no Brasil o SM indexa o piso do benefício previdenciário do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o benefício da previdência rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da assistência social. Um aumento do SM automaticamente eleva a renda da população inativa com impactos diretos sobre a demanda por consumo.

Para entender os motivos da política de valorização do SM pressionar a inflação basta uma conta simples: as políticas públicas ligadas ao SM crescem pelo aumento dos novos beneficiários somado à taxa de crescimento do valor real de cada benefício. O crescimento de novos benefícios acompanha a taxa de crescimento da população de 30 anos atrás, aproximadamente 2% ao ano. Se o valor real de cada benefício crescer a 2% ao ano, por exemplo, o gasto com os programas sociais ligados ao mínimo crescerá ao ritmo de 4% ao ano (2 + 2), que é maior do que o crescimento do produto potencial da economia.

O mesmo ocorre com os pisos constitucionais em saúde e educação. Se eles estão indexados à Receita Corrente Líquida (RCL) e esta cresce mais rapidamente do que a economia, o gasto com saúde e educação crescerá mais rapidamente do que a economia.

Se o gasto primário cresce mais do que a economia, o setor público pressionará a base material da economia e produzirá pressão inflacionária e juros maiores. Tratei desse

tema em detalhe no meu artigo no Blog do IBRE (https://go.fgv.br/DOhkH5BqCzj).

Isso significa que não podemos continuar a elevar o valor real do SM e que não podemos manter a indexação dos pisos com saúde e educação à RCL? Não necessariamente. Somente significa que dificilmente os juros reais se reduzirão se não moderarmos muito o crescimento real do SM e empregarmos um indexador dos pisos constitucionais que cresça mais lentamente do que a RCL.

No início de seu mandato, o presidente Lula decidiu reindexar o ganho real do SM ao crescimento da economia e reindexar os pisos constitucionais em saúde e educação à RCL. Exercício que fiz documenta que se, nos últimos quatro anos, o SM fosse indexado somente à inflação passada e os pisos constitucionais à inflação passada somada ao crescimento populacional, o gasto público teria sido, no quadriênio do terceiro mandato de Lula, R$ 520 bilhões menor. Ou seja, 40% da acumulação de dívida pública no período deveu-se ao impacto direto da reindexação do orçamento promovida pelo presidente Lula (https://go.fgv.br/hxTPGhQn8nR). No quadriênio do terceiro mandato do presidente Lula, o gasto primário real cresceu 21,5%, ante um PIB que aumentou 11,3%.

Quando olhamos todos esses dados em conjunto – elevação do SM em 195%, para produtividade que se elevou 22%; reindexação do orçamento que gerou gasto adicional de 4% do PIB em quatro anos; que no último quadriênio o gasto público cresceu 21,5% ante o crescimento da economia, que está a pleno emprego, de 11,3% –, não deveria ser difícil que reconhecêssemos que os juros elevados no último quadriênio estão associados à evolução do gasto público.

A maneira de a esquerda enfrentar o problema é afirmar que o problema não é problema. Isto é, que não há relação clara entre gasto fiscal e inflação, e, portanto, juros. E que os juros elevados estão associados a outros fatores. Ou seja, a esquerda se desvia da sua tradição, que sempre foi enfatizar o conflito distributivo, e procura fatores que a teoria sugere que não estão diretamente ligados aos elevados juros brasileiros. Os fatores mais citados são os mecanismos operacionais do Banco Central na condução do regime de metas de inflação. Assim, os juros seriam elevados no Brasil pois: o BC não emprega meta dupla em vez de meta somente de inflação, como faz o Fed; a meta de 3% é muito baixa; ou porque empregamos o índice de preços cheio e não uma medida de núcleo de inflação, que é menos sensibilizada pelos preços dos alimentos; ou porque o horizonte de convergência para a meta, 18 meses, é muito curto etc.

No entanto, como mostrei em uma coluna recente na *Folha de S.Paulo*, a partir de estudo do FMI, não há diferenças significativas entre os mecanismos operacionais empregados pelo nosso Banco Central e por bancos centrais mundo afora (https://go.fgv.br/yxxaklwHUfO). Em particular, ao longo de muitos anos a meta de inflação foi bem maior do que 3% e nem por isso os juros reais foram menores.

Há tempos Lionel Robbins definiu a economia como "a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que possuem usos alternativos". Há um esforço desde a redemocratização de resolver nossos problemas históricos de desigualdade e injustiças sociais por meio de medidas que estimulam o consumo. Por outro lado, fomos muito malsucedidos em medidas que estimulem a produtividade. Os juros elevados expressam os limites da capacidade produtiva frente a recursos limitados que crescem muito lentamente. Se a esquerda não conseguir enfrentar os limites da capacidade redistributiva de uma economia de mercado com propriedade privada dos meios de produção, terá que novamente administrar uma grave crise econômica.

[1]"Why Is Europe More Equal than the United States?", de Thomas Blanchet, Lucas Chancel e Amory Gethin, publicado em *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 14, n. 4, p. 480–518, 2022. Disponível em: https://go.fgv.br/jA8yjjYNCc3.

[2]Tradução livre de *The Great Leveler – Violence and the History of Inequality from the Stone Age to the Twenty–First Century*. Livro publicado em 2017 pela Princeton University Press.